

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

### **Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

A Estrada Nacional (EN) 238 constitui a principal ligação rodoviária da Sertã a Ferreira do Zêzere e Tomar, sendo muito utilizada por veículos de transportes de mercadorias e também de passageiros, tendo um papel fundamental para o desenvolvimento socioeconómico desta região interior do País, nomeadamente no cluster agroflorestal como uma ligação privilegiada ao pinhal. A sua localização, sendo uma estrada de montanha, constitui em si um magnífico postal que muitas vezes, demasiadas vezes, é perturbado por derrocadas de terrenos, consequência de invernos rigorosos e da ausência de vegetação. Tais acontecimentos provocam o corte de estrada, por diversas vezes, por longos períodos que não se compadecem com a necessidade de circulação diária.

Relembramos que no ano de 2014 este troço, em concreto ao quilómetro vinte e três, sofreu uma derrocada que impediu a circulação de veículos, de mercadorias e de passageiros, o que constituiu, em si, uma forte limitação ao dia-a-dia das pessoas, ao dia-a-dia das empresas de pequenas e médias dimensões. As empresas foram confrontadas com um aumento de custos de transporte, na medida em que as alternativas existentes aumentam o percurso diário e tal situação tem fundamento para que os fornecedores neguem o abastecimento das empresas ali sediadas.

Os eleitos do PS, os autarcas, as populações e os empresários da região que a EN238 serve, há muito que defendem uma intervenção profunda, de requalificação do traçado existente, para segurança de mais de 5 mil utentes por dia e para o fomento e manutenção de mais de 1500 postos de trabalho. A EN 238 é uma das principais vias de escoamento de madeiras e material lenhoso, que tem contribuído, positivamente, para a economia desta zona, só no Distrito de Castelo Branco tem mais de 600 mil hectares e mais de 330 mil são de floresta pura.

Sabemos do papel de relevo que é dada à floresta, pelo Governo, como principal fonte de material de base biológica, por ser este um sector competitivo, pelo seu carácter local, orientado para novos produtos e serviços que aproveitam a biomassa residual. É este recurso, de valor acrescentado, que é motor destas pequenas e médias empresas, sendo garante da valorização do território, das comunidades locais e dos modos de produção e de consumo mais sustentáveis capaz de contribuir, efetivamente, para a regeneração e melhorias dos serviços ambientais. Um mundo de oportunidades associadas aos recursos locais, e em particular nos nossos territórios,

onde predomina o capital natural e florestal como são as comunidades do Pinhal Interior servidas pela EN 238, bem como, todo o Distrito de Castelo Branco.

Desde há muito, temos enquanto deputados, manifestado as nossas preocupações, a anteriores governos, que agora aqui foram espelhadas, e com fundamentos que se mantêm atuais, nomeadamente “a remodelação desta acessibilidade constituirá um valioso contributo para a sedimentação dos esforços envidados nos concelhos do interior.”.

Mais recentemente, a propósito da Resolução do Plano Nacional de Investimentos aprovada na Assembleia da República, os deputados do PS, recomendaram ao Governo, que “a EN 238 tivesse a devida atenção, na correção do seu traçado e nos melhoramentos” , como se verifica, dada a sua necessidade, que mais uma vez aqui fica reafirmada, e com sentido de urgência.

Alias, estas derrocadas continuam a ser um perigo e com uma indesejada frequência, mesmo agora, no dia 1 de dezembro, os deputados subscritores tiveram conhecimento, através de notícias, que “mais uma derrocada sucedeu, e que cobriu toda a faixa de rodagem no troço entre Cernache do Bonjardim e a Ponte do Vale da Ursa”, facto que “foi presenciado pelos técnicos da Infraestruturas de Portugal (IP) e GNR”, o que vem reforçar a pertinência de uma intervenção na EN 238”.

Face ao exposto e na certeza que esta via é um eixo de coesão territorial e que a sua existência, em condições de segurança, permite uma aposta no sector florestal e em todos os seus subprodutos, mas essencialmente na segurança rodoviária dos seus utilizadores, os deputados subscritos vêm submeter a presente disposição.

Assim ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, nomeadamente ao abrigo da alínea d) do artigo 156º da Constituição e para efeitos do artigo 229º do Regimento da Assembleia da República solicitamos a V. Exa., os seguintes esclarecimentos:

1. Existe algum mapeamento de pontos críticos na EN238?
2. O que se pretende fazer, para de forma urgente evitar a repetição destes desmoronamentos?
3. Em caso afirmativo, está planeada uma intervenção na EN238? Está previsto a correção do traçado? Quando?
4. Em que moldes será feita essa intervenção? Será faseada ou será uma empreitada para todo o troço?
5. Nalguns pontos, existe ainda alguns abatimentos da plataforma, devido a alguns pontos dessa estrada estarem a ficar “descalços”, quando terão sido alvo de intervenção em 2014. No entanto, parece não ser suficiente e ser necessário uma análise para eventual reforço ou reparação?

Palácio de São Bento, 2 de dezembro de 2019

Deputado(a)s

HORTENSE MARTINS(PS)

JOANA BENTO(PS)

NUNO FAZENDA(PS)

HUGO COSTA(PS)